



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS**

POLIANA AIRES DA LUZ

**REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES PARA CONCILIAR
MATERNIDADE E ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS**

**ARAGUAÍNA (TO)
2018**

POLIANA AIRES DA LUZ

REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES PARA CONCILIAR MATERNIDADE E ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura da UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus universitário de Araguaína para obtenção do título de licenciada, sob a orientação do Prof. Dr. Wallace Rodrigues.

ARAGUAÍNA-TO
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

L979r Luz, Poliana Aires da .
Refletindo Sobre as Possibilidades para Conciliar Maternidade e Estudos
Universitários . / Poliana Aires da Luz. – Araguaína, TO, 2018.

10 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português, 2018.

Orientador: Wallace Rodrigues.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA FEMINISTA NO BRASIL. 2.
Direitos das Mães Estudantes. 3. Universidade e Filhos. 4. O Papel da
Universidade para com as Alunas Mães. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

POLIANA AIRES DA LUZ

REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES PARA CONCILIAR MATERNIDADE E
ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e apresentado ao curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura, na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Araguaína, para a obtenção do título de licenciada e aprovado em sua forma original pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wallace Rodrigues – Orientador, UFT

Prof.^a Ms. Lianja Soares Aquino – Examinadora, UFT

Prof.^a Ms. Danielle Masterali Levorato – Examinadora, UFT

Dedico este trabalho, em primeiro lugar, a Deus, por ser a razão do meu viver. Sem Ele eu nada seria. Em segundo lugar, ao meu esposo, Leodanys Viera Gutierrez, por ter contribuído com a realização desse sonho, sendo um grande colaborador e incentivador. Obrigada, meu amor!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar ao meu lado durante toda essa caminhada, me dando força e sabedoria para enfrentar as dificuldades.

À Universidade Federal do Tocantins, seu corpo docente, direção e administração, por terem me recebido de braços abertos, proporcionando-me condições de aprendizagem.

Ao meu professor e orientador, Dr. Wallace Rodrigues, por ter me orientado, incentivado, feito correções e sido tão compreensivo.

Às minhas professoras, M^a Lianja Soares e M^a Danielle Masterali, por terem aceitado o convite para participarem da minha banca.

Aos meus pais, José Félix e Rosirene Aires, por todo apoio, compreensão, paciência e preocupação durante essa trajetória. Em especial, à minha mãezinha, por ter cuidado com muito amor e carinho das minhas filhas Isabella e Antonella. Te amo, mamãe!

Aos meus amados irmãos, José Figueiredo, Rosiane e Rubéns, por todas as vezes que me apoiaram e ajudaram, seja levando e buscando na faculdade (Figueiredo), seja trocando conhecimentos (Rosiane/Rubens).

Ao meu esposo, Leodany, por ter me ajudado tanto durante essa batalha. Por ter sido paciente e companheiro, o máximo que pode. Obrigada, meu amor!

Aos meus sobrinhos Júlio Cesar, Thatielly, Mariane e Grasielly, pelas vezes que ajudaram a cuidar das minhas filhas quando não pude.

À dona Iracy Costa, pelo apoio em sua casa no momento que mais precisei.

E a todos que, direta e indiretamente, contribuíram para minha formação. Meu muito obrigada!

*“Fica evidente, que dos homens espera-se sempre
que sejam indivíduos sem família, às mulheres
exige-se que a família sobreponha-se à profissão”*

A. Torres

RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar a situação das mães universitárias que estudam e levam seus filhos para as instituições de ensino superior, levantando propostas para solucionar tal situação. Para desenvolver o estudo, foi empregada, metodologicamente, uma pesquisa bibliográfica, buscando fundamentos em trabalhos de escritores reconhecidos na área e em reportagens atuais sobre o tema proposto. Esse trabalho se justifica pela necessidade das universitárias mães de levarem seus filhos para a universidade, observando as dificuldades enfrentadas por várias estudantes e notando que a universidade não toma nenhuma posição firme sobre o tema. O presente trabalho vem para salientar dúvidas e sugerir soluções. No primeiro momento, é apresentado o contexto histórico da luta feminista no Brasil, em seguida, tornar-se mãe no contexto acadêmico e as dificuldades das mães universitárias, por fim, levantamos abordagens sobre as possíveis resoluções para facilitar a continuidade das mães dentro das universidades. Os resultados demonstram que os avanços logrados nos últimos anos ainda são insuficientes para conseguir a permanência das mães universitárias.

Palavras-chave: Educação. Mulher. Amamentação.

ABSTRACT

The present research aimed to analyzing the situation of University studying mothers when bringing their children to their institutions of higher education, raising proposals to resolve such a situation. To develop such a study it was employed, methodologically, a bibliographical research seeking grounds on works of known writers in the area and current reports of newspapers on the theme proposed. This work is justified by the need of student mothers to take their children to University, noting the difficulties faced by several student mothers and noting that the University takes no stand on the issue. This work comes to emphasize doubts and suggest some solutions. Hereby we present a historical context of the feminist struggle in Brazil, the difficulties of student mothers and finally we rise on possible resolutions approaches to facilitate the continuity of mothers' studies within the university. The results show that the University plays an important role in the struggle for women's empowerment.

Keyword: Education. Woman. Breastfeeding.

LISTA DE SIGLAS

CAS	Comissão de Assuntos Sociais
EAD	Educação a Distância
NEM	Núcleo de Estudo Sobre a Mulher
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRN	Universidade Federal de Rio Grande do Norte
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA FEMINISTA NO BRASIL.....	12
1.1 Histórico da educação para as mulheres no Brasil.....	14
CAPÍTULO 2 – TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO.....	16
2.1 A gravidez não prevista no percurso da formação universitária.....	17
2.2 As dificuldades das mães universitárias	19
CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS SOLUÇÕES DO PROBLEMA	23
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.....	25
REFERÊNCIAS	27

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, apresentado ao curso de Licenciatura em Letras – Português tem como objetivo principal analisar a situação de mães universitárias que necessitam levar seus filhos às instituições de ensino superior, pois, de outra forma, não teriam como estudar, levantando possíveis propostas para solucionar tal situação.

O interesse pelo tema surgiu da minha experiência com mãe que precisa levar sua criança para a sala de aula da universidade e para as salas de aula das escolas para cumprir a carga horária dos estágios. Passamos por momentos muito difíceis, pois alguns docentes da universidade não aceitam crianças em suas aulas. Decidimos, então, pesquisar possíveis soluções para que outras acadêmicas mães tenham apoio dentro da universidade e para que consigam alcançar seu objetivo de terminar bem o curso superior e que seus filhos não sejam um motivo de desistência do curso.

Como a maioria dos estudantes das universidades federais são mulheres em idade reprodutiva, este trabalho se justifica pela busca por compreender as diferentes situações que passam as estudantes mães que têm crianças de até 1 ano de idade. Essas mulheres são também esposas, donas de casa e ainda estudantes de graduação.

Nesta pesquisa, destacaremos o papel ao qual a mulher é designada a cumprir na sociedade. Será posta em questão a luta das mulheres por um espaço mais justo e igualitário dentro da sociedade brasileira. Acreditamos que esse espaço pode vir pela via do estudo universitário, o qual pode dar à mulher oportunidades de se libertar das mãos do machismo e promover uma vida melhor para seus filhos. Daí a importância da universidade no sentido de abrir espaço para que as mães possam levar seus filhos para as aulas, tornando-se um espaço que ofereça tranquilidade para que elas possam estudar e um espaço de acolhida para as crianças.

A pesquisa a que se refere este projeto terá um caráter analítico e qualitativo, onde apresentaremos informações detalhadas a partir de uma revisão bibliográfica, buscando fundamentos em trabalhos de escritores reconhecidos na área e em reportagens atuais sobre o referido tema.

De acordo com a pesquisadora Marília Tozoni-Reis, a pesquisa bibliográfica é:

A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que a sua fonte dos dados é a bibliografia especializada. Todas as modalidades de pesquisa exigem uma revisão bibliográfica, uma busca de conhecimentos sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada, mas só a pesquisa bibliográfica tem como campo de coleta de dados a bibliografia. Na pesquisa bibliográfica, buscamos os dados de que precisamos para a produção do conhecimento pretendido nos autores e obras selecionados. (TOZONI-REIS, 2010, p. 18).

Para conhecer os fatos sobre as dificuldades das mães universitárias, utilizamos, para além de livros e artigos especializados, reportagens de jornais, pois esses trazem os relatos mais atuais sobre nosso tema.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO DA LUTA FEMINISTA NO BRASIL

No Brasil, o movimento feminista deu-se a partir da luta pelo direito ao voto. Direito esse que as mulheres não tinham. Foi com a chegada da bióloga Bertha Lutz (Bertha Maria Julia Lutz, 1894–1976) do exterior, em 1918, que se passou a observar que as mulheres brasileiras eram alvo de fortes opressões, principalmente devido a sua maioria não ser alfabetizada, pois só aprendiam os afazeres domésticos e eram impedidas de estudar. Então, Lutz começa uma luta incessante em busca ao direito à instrução educacional, ao trabalho salariado e ao divórcio.

Em seu site, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), destaca a conquista do voto feminino no Brasil:

O artigo 2º do Código Eleitoral continha a seguinte redação: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código”. A aprovação do Código de 1932 deu-se por meio do Decreto nº 21.076, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. Somente dois anos depois, em 1934, quando da inauguração de um novo Estado Democrático de Direito, por meio da segunda Constituição da República, esses direitos políticos conferidos às mulheres foram assentados em bases constitucionais. No entanto, a nova Constituição restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada. O voto secreto garantia o livre exercício desse direito pelas mulheres: elas não precisariam prestar contas sobre seu voto aos maridos e pais. No entanto, somente as mulheres que trabalhavam (aquelas que recebiam alguma remuneração) eram obrigadas a votar. Isso só mudou em 1965, com a edição do Código Eleitoral que vigora até os dias de hoje. (TSE, 2013, p. 9).

Com a conquista do voto (sufrágio feminino), o movimento feminista no Brasil ganhou aspecto político-social, se tornando de grande importância no enfrentamento com os poderes políticos pelos direitos iguais entre homens e mulheres.

Em meados da década de 1960, organizaram-se, no Brasil, as primeiras associações feministas que defendiam apenas mais espaço no mercado de trabalho e igualdade entre os sexos. Movimentos esses que foram suprimidos pelo golpe militar de 1964. Porém, era registrada a frequente presença das mulheres em passeatas e protestos contra a ditadura.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), as mulheres começaram a lutar com mais força política. Elas ganharam visibilidade em movimentos feministas que tomavam as ruas.

No Brasil, durante a ditadura militar, particularmente a partir de meados dos anos 1970, o feminismo se afirma como um novo ator político no cenário nacional, como força social que lutava, simultaneamente, pelo restabelecimento da democracia e pela ampliação desse conceito, de forma a incluir a cidadania plena das mulheres como um pilar dessa nova agenda. O contexto no qual o feminismo se afirma como movimento social organizado se caracterizava por um divórcio entre Estado e sociedade civil, que detinha o monopólio do discurso dos direitos humanos. A restauração da democracia no Brasil implicou a reconstrução de pontes entre Estado e sociedade civil. (BARSTED e PITANGUY, 2011, p. 35).

Os anos 70 representaram o marco para o avanço do movimento feminista, pois a partir daí aconteceram vários fóruns de discussões, dando-se um salto nas reflexões sobre a igualdade de gêneros.

Nos anos 80, o movimento feminista já era um movimento consolidado, como destaca Sarti (1998):

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. Houve significativa penetração do movimento feminista em associações profissionais, partidos, sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. (p. 08).

Com muita luta, a mulher conquistou vários espaços, mas a sanção da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006) foi, sem dúvida, uma vitória sobre a violência doméstica sofrida por muitas mulheres e ainda sobre o machismo, por garantir às mulheres a proteção contra seu agressor.

O movimento feminista no Brasil, nesse longo percurso, alcançou muitos direitos, mas ainda tem muito por conquistar. Mesmo depois da aprovação da Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher ainda é um grande problema no país.

As mulheres ainda têm salários inferiores aos dos homens, mesmo exercendo a mesma função. Segundo Sardenberg (2010), das bancadas dos plenários brasileiros apenas 10% são ocupadas por mulheres, sendo que 51% dos eleitores brasileiros são mulheres. Ou seja, precisamos de mais representatividade para buscarmos nossos direitos.

Então, destacamos aqui as grandes conquistas do movimento feminista no Brasil como o direito ao voto, ao divórcio, ao estudo, à entrada no mercado de trabalho e o direito à proteção legal, fortalecendo ainda mais a participação feminina na sociedade. Mas a luta é grande e ainda existe muito a conquistar. E um ambiente onde ainda temos que lutar é na universidade, espaço majoritariamente masculino.

Para as mães universitárias, a luta está em demandar soluções para deixarem seus filhos dentro da universidade enquanto assistem as aulas. Sem dúvida, é um desafio a se vencer perante os meios que dificultam tanto para que as mulheres tenham uma melhor formação e maior representatividade em nossa sociedade, sem deixarem de ser mães, esposas e donas de casa.

1.1 Histórico da educação para as mulheres no Brasil

Desde a colonização brasileira, as escolas privilegiaram ensinar aos homens, relegando às mulheres uma educação voltada para os afazeres domésticos. Somente as mulheres mais abastadas tinham algum tipo de instrução, e essa era oferecida em casa.

No século XIX, a legislação previa escolas para meninas, entretanto, a população feminina era marginalizada no precário sistema escolar do Império, situação que se arrastava desde o período colonial (XAVIER, 1994, p. 75).

A mulher brasileira no século XIX apresentava traços de nossa herança portuguesa, o que a colocava numa condição de submissão e recolhimento, na qual serviam os seus maridos, seus filhos e seus pais (cf. ROSA, 2012).

No entanto, uma mulher muito importante para a época foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, sempre tentando buscar mais protagonismo para as mulheres na sociedade.

Ao estudar os intelectuais da história da educação brasileira do século XIX surgem vários nomes notáveis, dentre eles, Nísia Floresta (1810-1885), que foi uma defensora da educação das mulheres nesse período. Essa intelectual foi uma das primeiras mulheres a elaborar uma perspectiva sobre a possibilidade de autonomia da condição da mulher com base na educação, sob um ângulo diferente do que estava posto na sociedade daquele período. No império no território brasileiro a educação escolar encontrava-se desorganizada, herança do período colonial, no qual prevalecia à influência do catolicismo dogmático, especialmente, na educação, outro fator que contribui para a sistematização da conjuntura instalada era o conservadorismo das oligarquias no que se refere ao papel desempenhado pela mulher na sociedade. No entanto, esse foi um século da urbanização crescente e de ideias vindas da Europa que influenciaram intelectuais brasileiros. Essa mulher, considerada pela historiografia nacional uma representante do movimento feminista no Brasil, teve expressão não somente no interior do movimento, mas, sobretudo na seara educacional, é sobre esse tema que discorreremos este texto com objetivo de analisar as intervenções que essa intelectual promoveu na sociedade brasileira no século XIX na área da educação. (BARION et al., 2017, p. 1314).

Apesar dos grandes avanços do movimento feminista em todo o século XX, a mulher ainda se vê presa aos afazeres de casa, à maternidade e a uma sociedade masculina e patriarcal.

A Constituição Federal de 1988 garantiu vários direitos às mulheres. No entanto, há um longo caminho a ser percorrido na igualdade de gênero no Brasil. Essa é uma luta em que as

mulheres ainda estão em desvantagem. O relatório “O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010” nos mostra que:

A Constituição Federal de 1988, resultante do processo de redemocratização brasileira, pode ser considerada como o marco político-institucional e jurídico que reordenou e adequou todo sistema legal e político aos parâmetros dos direitos humanos. As garantias constitucionais que vêm permitindo avanços das políticas de saúde feminina e dos direitos sexuais e reprodutivos dizem respeito à vida digna; à integridade física e psicológica de todos; à igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, em geral, e na sociedade conjugal, em particular; à igualdade entre os filhos; ao reconhecimento de várias formas de família; à inviolabilidade da intimidade e privacidade; à proteção à maternidade na esfera da seguridade social e do trabalho; ao direito à saúde com acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação; ao direito ao planejamento familiar, com formulação muito próxima àquela que seria concebida pela Conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo, em 1994. (BARSTED e PITANGUY, 2011, p. 309).

Para Gil Soter (2017), a situação da mulher de hoje em dia ainda é desvantajosa para elas em relação aos homens. As jornadas das mulheres são mais longas e elas ainda detêm, segundo nossa sociedade patriarcal e machista, a obrigação de cuidar dos filhos.

A dupla e às vezes tripla jornada marca a vida das brasileiras. Elas trabalham, em média, sete horas e meia a mais que os homens toda semana, e acumulam as responsabilidades com as atividades domésticas, segundo os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2015. (SÓTER, 2017, p.17).

Vemos que, apesar de todos os avanços logrados, o gênero feminino ainda enfrenta grandes dificuldades para estudar e, principalmente, para conciliar estudo e maternidade.

CAPÍTULO 2 – TORNAR-SE MÃE NO CONTEXTO ACADÊMICO

Como revelam estudos recentes sobre as mulheres nas universidades brasileiras, há hoje uma tendência ao predomínio de mulheres em determinados cursos, tanto na matrícula quanto como concluintes de alguns cursos universitários (Beltrão e Alves, 2004; Leta, 2003; Aquino, 2005/2006; Tabak, 2006). Contudo, embora o hiato de gênero tenha sido revertido no âmbito do ensino superior, uma análise cuidadosa da situação das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar o alcance dessas transformações no que se refere às relações de gênero.

Numa sociedade de valores patriarcais, estruturada em torno de um processo histórico de dominação masculina e subordinação feminina, a universidade expressa, ao longo de sua história, um movimento inequívoco de discriminação de gênero. Se, porém, inicialmente, a discriminação de gênero se dava por meio do difícil ingresso das mulheres ao ambiente acadêmico, marcadamente masculino durante séculos, hoje, essa discriminação segue outras direções (YANNOULAS, 2007, p. 23).

Podemos perceber que a mulher nos dias de hoje são a maioria em alguns cursos acadêmicos, sobretudo do ensino superior. Concordamos com Yannoulas (2007) quando nos diz que ainda existe discriminação contra a mulher no ambiente acadêmico, principalmente das mães universitárias.

Concordamos que o aproveitamento acadêmico das mães universitárias é afetado por vários fatores. O problema é que a saída temporária para conciliar o cuidado de filhos pequenos e atividades universitárias significa que o retorno da mãe às tarefas acadêmicas acontece com dificuldades. A questão é que a entrada das mulheres nas universidades e no campo de trabalho não exclui a preocupação do cuidado da casa e dos filhos

Para as mulheres que decidem continuar os estudos acadêmicos e seguir carreira científica, a alternativa, muitas vezes, é adiar possíveis projetos de casamento e maternidade ou abandoná-los, definitivamente. “De qualquer maneira, quando os filhos chegam, as mulheres em carreiras científicas são obrigadas a fazer escolhas difíceis, como o adiamento da ocupação de cargos e uma menor disponibilidade para viagens” (AQUINO, 2006, p. 17).

Certamente, a declaração de Aquino (2006) nos traz uma situação muito comum para as mães universitárias. Para podermos terminar a graduação temos que adiar casamento, filhos, projetos de vida, etc. Mas o que fazer quando, de repente, no meio da carreira universitária, uma estudante engravida? Como fazer para conciliar estudo e maternidade? O que uma mãe faz para enfrentar as dificuldades que aparecem com a chegada de uma criança? Como fazer para encarar os estudos com uma criança? Como reage a sociedade acadêmica?

Certamente, nos dias de hoje, quando os filhos chegam, a mulher tem que fazer escolhas difíceis como assistir as aulas com uma criança pequena, e muitas acabam abandonando os estudos.

No Brasil, em 1991, quando ocorreu o I Encontro de Mulheres Cientistas do Rio de Janeiro, organizado pelo Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), órgão acadêmico criado em 1980 na PUC-RJ, grande ênfase foi posta na dificuldade que as mulheres que trabalham em Ciência e Tecnologia encontram para conciliar o trabalho com a vida familiar. Dentre os fatores mencionados por muitas cientistas presentes no encontro, destacam-se a falta de creches para dar apoio àquelas que têm filhos pequenos, aliada ao machismo ainda presente no meio científico, e a persistência de preconceitos em relação à capacidade e à competência da mulher (TABAK, 2002, p. 31)

Podemos perceber que, desde o primeiro encontro das mulheres cientistas do Rio de Janeiro, em 1991, já se falava sobre a dificuldade de muitas mulheres em conciliar estudo e maternidade, como a falta de creches para dar apoio àquelas que têm filhos pequenos. Existindo, assim, um grande preconceito relacionado à capacidade e à competência da mulher pesquisadora.

Temos que salientar que, tempos atrás, a maioria das mulheres estava afastada do trabalho e das universidades para cuidar da família. Nos dias de hoje, em que um número maior de mulheres passa a integrar o círculo de trabalho e da universidade, é importante integrar estudo e família, de modo que possam ser desenvolvidas políticas que ajudem nesse dilema.

2.1 A gravidez não prevista no percurso da formação universitária

Uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de qualquer mulher, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira. Diante de uma gravidez, sempre pensamos: Como será o bebê? Tomara que venha com saúde! Será que a gravidez vai ser tranquila? Como vou conciliar minhas atividades com as necessidades do bebê? Pensamentos como estes são comuns entre quase todas as grávidas. No caso da jovem universitária e que não planejou tornar-se mãe naquele período de sua vida, as perguntas também são as mesmas, afinal, toda a sua rotina mudará a partir daquele momento. Elas só não sabem qual será a dimensão dessa mudança e que repercussões terão em seus projetos de formação.

Então, no meio de todas estas preocupações comuns a quase todas as mães, nós nos fazemos outra pergunta: O que acontece quando mulheres, ainda na condição de jovens universitárias e dependentes de suas famílias se tornam mães no contexto acadêmico?

Assim, Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico, tenciona agregar às discussões sobre maternidade e contexto acadêmico, a realidade de mulheres que, na condição de mães universitárias, trazem um caráter novo à discussão nesse cenário. As estudantes-mães são jovens em situação de dependência total ou parcial de suas famílias de origem, o que já configura um arranjo relacional e situacional bem diferente. Isso quer dizer que é no descompasso entre a sexualidade exercida cada vez mais cedo, no prolongamento do tempo passado no sistema de ensino e na casa dos pais, e na “antecipação” da maternidade (CAMARANO, LEITÃO e MELLO, 2006, p. 42)

Na citação anterior, percebemos que muitas mães universitárias dependem do apoio financeiro de suas famílias e que uma gestação durante os estudos provoca um prolongamento do tempo de formação, da entrada no mercado de trabalho e da independência financeira.

Não é incomum que jovens, no percurso da formação superior, surpreendidas por uma gravidez imprevista, optem pela prática do aborto, o que é ilegal em nosso país e só é permitido em três circunstâncias: casos de estupro, quando a gestação cause risco à mulher e malformação congênita (anencefalia). Vemos com frequência, nos jornais, jovens que perdem a vida realizando este procedimento em locais inadequados e com pessoas não capacitadas.

No depoimento a seguir vemos como o aborto é uma das opções de muitas famílias.

Foi horrível. Horrível. Para mim foi horrível porque eu não queria ser mãe. Nunca quis ser mãe. E eu não estava com o pai dela. [...] Eu tinha uma vida ativa. Eu tinha dois estágios, eu trabalhava de domingo a domingo, eu saía muito com meus amigos, eu pegava muitas disciplinas. E aí, depois de Nina, depois que eu descobri que estava grávida, eu parei tudo isso. Larguei o estágio, não consegui fazer nada durante a gravidez. Eu fiquei feliz por estar assim. No físico, eu estava feliz com meu físico. Eu fiquei, me achava linda. Mas meu psicológico estava muito abalado. Eu chorava muito. E para minha família fui contar quando eu estava com quatro meses. Eles, de início, perguntaram se eu não queria abortar [...] E eu não, não tenho coragem de fazer isso. [...] Eles falaram então que iam me apoiar em qualquer decisão que eu tomasse, eles iriam me apoiar (OLIVEIRA e ROCHA SAMPAIO, 2004, p. 34).

Fica claro que a moça do relato anterior teve muita dificuldade para encarar a família e contar o ocorrido, esperando quatro meses para fazê-lo. Sua família sugeriu como possibilidade o aborto, mostrando desconforto e receio em relação à situação. Quando se decide por uma gravidez não planejada, tem-se que enfrentar desafios, redobrar esforços, enfrentar jornada dupla, enfrentar conflitos sociais, entre outras batalhas. Por tudo isso, um dos objetivos desta monografia é apresentar possíveis soluções e demandar políticas públicas que permitam às mães universitárias permanecer no ambiente acadêmico e concluir seus estudos com melhores chances de entrar no mundo do trabalho.

2.2 As dificuldades das mães universitárias

Nos dias de hoje, as mulheres deixam de estudar por terem engravidado, não veem possibilidades de continuar na escola ou universidade, muitas não têm quem as ajude a cuidar de seus bebês. As creches públicas são poucas na maioria das cidades brasileiras e as vagas muito escassas. As mães não veem outra solução a não ser assistir as aulas com as crianças. E como pedir a uma criança que fique tranquila, que não chore, que não brinque?

De acordo com a reportagem de Camila Oliveira (2010),

Poucas universidades conhecem e cumprem a legislação sobre os direitos das estudantes que se tornam mães. A lei, de número 6.202, existe há 35 anos - desde 1975. De acordo com o texto, estudantes grávidas podem assistir aulas, realizar provas e cumprir outras atividades acadêmicas em casa a partir do oitavo mês de gestação. São três meses de dispensa para a mãe, que podem ser estendidos com atestado médico. Esse tempo deve contar no currículo escolar, assim como as aulas em casa. (OLIVEIRA, 2010, p. 34).

Podemos encarar esse problema de não ter onde deixar o filho pequeno para poder estudar como um problema de políticas públicas, como mostra a passagem abaixo:

O principal desafio para a política pública brasileira, no momento, é promover a conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares e implementar medidas que eliminem desigualdades e discriminações no local de trabalho. Por exemplo, houve uma expansão na educação infantil. Porém, menos da metade de todas as crianças (de zero a cinco anos) têm acesso a creches a preços acessíveis e a carga horária escolar diária ainda é insuficiente para permitir que as mulheres tenham empregos estáveis. (BARSTED e PITANGUY, 2011, p. 10).

Como destacado acima, é evidente a falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mães estudantes, porém, acreditamos que deve partir das universidades a solução para esse impasse que atinge não somente as mães estudantes, mas professores e outros.

Na continuação, reproduziremos três depoimentos de mães universitárias, que, no percurso da formação superior, tornaram-se mães, sendo confrontadas com a desafiadora tarefa de conciliar maternidade e vida acadêmica. As narrativas aqui apresentadas mostram a realidade de jovens mães universitárias que, a despeito das incontáveis dificuldades, permanecem lutando pela conclusão e sucesso de seus estudos.

Walesca Santos, estudante de Ciências Sociais, mudou-se do Rio de Janeiro para Natal. Já havia começado uma graduação, mas não conseguiu terminá-la. Para tentar pela segunda vez prosseguir nos estudos universitários, teria que necessariamente levar a filha de cinco anos para a aula, já que Walesca vive longe da família e dos amigos. O pai da criança também não mora em Natal. Na segunda aula de uma das disciplinas do curso, Walesca foi abordada pelo professor Alípio Sousa, que considerou inadequada a presença da criança em uma sala de aula, no horário noturno, principalmente pelos temas debatidos. Segundo Walesca, a abordagem foi ríspida, e o professor teria dito que a menina só poderia frequentar a sala de aula se a mãe colasse a criança na cadeira com “durepox”. Mas o impasse continuou. Walesca não tinha com quem deixar a menina e a levou na terceira aula do professor Alípio. Após concluir a explicação do conteúdo, o professor, agora na presença de toda a turma, voltou a falar sobre o caso de Walesca. Segundo ele, nesta terceira aula, houve um agravante: uma outra estudante estava interagindo com a criança, o que poderia prejudicar os demais alunos. Walesca argumenta que o professor faltou com respeito a ela e à filha. Em protesto, ela e outras colegas saíram da sala e decidiram não continuar a disciplina com Alípio. Outro professor se apresentou para dar as aulas. O caso passa por uma sindicância da UFRN. (RESENDE, 2018, p. 28).

Neste depoimento, podemos perceber a posição do professor ante a presença da criança na sala de aula. Desde seu ponto de vista, a criança atrapalha o desenvolvimento da aula e ele tem razão. Mas como pedir para uma criança de 5 anos que fique tranquila e sentada em uma cadeira? Por outro lado, a posição hostil do professor provocou constrangimento da mãe e outros estudantes, fazendo com que outro professor tivesse que assumir as aulas da referida disciplina.

Nota-se, que a experiência toma diferentes significados para expressar os conflitos que vivem as jovens mães universitárias e professores na sala de aula. Na verdade, ambas as partes são vítimas da falta de condições nas universidades para atender esta realidade, assim como a falta de legislação por parte dos órgãos competentes.

A seguir, apresentaremos o depoimento de Isabelle Costa, de 22 anos:

Valentina, de apenas um ano, já frequenta a universidade. Desde os cinco meses de vida a pequena segue no colo da mãe, a estudante Isabelle Costa, 22 anos, para as aulas de Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Isabelle afirma que trazer a filha para a instituição é a única maneira de permanecer estudando. (SOTER, 2017, p. 21)

Neste curto relato, podemos ver que o tempo de licença maternidade é escasso e as mães terminam voltando para sala de aula ainda com as crianças pequenas.

Num determinado caso, vemos a atitude solidária de uma professora que carregou o bebê da aluna no colo para que ela pudesse estudar. Tal fato viralizou nas redes sociais. No entanto, esses são casos raros nas universidades.

Alguns professores também se solidarizam e fortalecem a rede de apoio de Isabelle. Marília Freitas, uma das docentes do curso, chegou a carregar a pequena Valentina para que a mãe acompanhasse melhor a aula “Eu fiquei muito surpresa com a reação das pessoas, só por eu ter ajudado com a bebê da Isa. As pessoas se surpreendem quando a gente toma atitudes simples, movidos por empatia”, declara. “Segurei a bebê para que a mãe dela pudesse fazer a atividade. Eu simplesmente me coloquei no lugar da Isa porque sou mãe. (SOTER, 2017, p. 23).

Nesta declaração da professora, podemos perceber como atitudes simples podem representar muito para mães universitárias, já que, muitas vezes, essas mães dependem da boa vontade dos professores.

Analisando os dois depoimentos oferecidos por Soter (2017), percebemos posicionamentos diferentes de professores universitários: um provocando constrangimento na sala de aula, outro motivando a aluna a continuar, a perseverar, dando exemplo de que todo esforço vale a pena em busca de uma grande realização pessoal.

Tornar-se universitário é uma conquista que se consegue mediante uma série de aprendizado, não só do ponto de vista acadêmico, também do ponto de vista social de comportamento, assim como de enfrentamento das dificuldades nos campos político-econômico e social, que se comportam diferentes para cada estudante.

No próximo depoimento, pode-se apreciar um pouco sobre ser mãe universitária desde meu ponto de vista na Universidade Federal do Tocantins.

Casada e já mãe de Isabella, de um ano, em 2017 eu engravidei de minha segunda filha. Conciliar a nova gestação com os estudos se revelaria um novo desafio. Assisti aula até o oitavo mês, pois sabia que depois ia me afastar por uns meses. Entrei com a licença maternidade e solicitei na universidade o Exercício Domiciliar, que consiste em continuar cursando as disciplinas, e poder permanecer em casa, recebendo o material de estudo enviado pelo professor. (DEPOIMENTO DA AUTORA, 2018).

Segundo diz a Lei 6.202, que já existe há 35 anos, ou seja, desde 1975, toda mãe estudante tem direito a 3 meses de afastamento a partir do oitavo mês e deverá ser assistida pelo regime de exercícios domiciliares. A referida lei determina que:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969. *Parágrafo único.* O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola. Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto. *Parágrafo único.* Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais. (BRASIL, 1975).

No entanto, as mães universitárias sentem na pele que a própria legislação é frágil. A UFT, por exemplo, não tem políticas claras para essa situação, então, cada professor decide sobre como fazer as atividades de casa e repor as avaliações. Se o professor não estiver disposto

a criar um plano específico para a aluna mãe, essa fica desassistida. Além disso, o tempo estipulado pela legislação é muito curto. Dessa forma, as mães terminam retornando ainda com a criança pequena para a sala de aula, o que dificulta o aprendizado e atrapalha os outros estudantes.

CAPÍTULO 3 – POSSÍVEIS SOLUÇÕES DO PROBLEMA

A permanência da estudante mãe na universidade pode se tornar um grande desafio se a própria instituição não olhar para essa questão com atenção. Fatalmente, alunas continuarão perdendo semestres ou mesmo abandonando a graduação caso soluções não sejam encontradas. Algumas possíveis soluções seriam:

- 1) Incrementar a licença-maternidade por seis meses, dado que o aleitamento materno deve ser exclusivo por esse tempo;
- 2) A universidade estabelecer um regime de aulas à distância que responda às necessidades das mães universitárias;
- 3) Adoção do programa Unicreche¹¹, presente em outras universidades do país. Ele consiste em uma bolsa-auxílio para pais e mães universitários num valor entre R\$ 400 e R\$ 900 mensais para alunos com renda familiar de até três salários-mínimos;
- 4) Criação de um espaço para as crianças que acompanham suas mães na universidade. Seria um incentivo para a educação das mães e das crianças.

Das possíveis soluções apresentadas neste trabalho, podemos apreciar que as duas primeiras seriam as mais fáceis de serem viabilizadas. Um período de 6 meses de licença-maternidade poderia ser um tempo necessário para cumprir com o aleitamento materno (tão importante para a criança e a mãe). E com atividades à distância, a universidade poderia levar educação de qualidade às mães.

Nesse momento, em 2018, está em tramitação no Congresso Nacional um projeto que trata sobre o tempo de afastamento das mulheres grávidas e estudantes.

A relação entre maternidade e estudos universitários já está em debate no Congresso Nacional. O Senado discute um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados que trata do tempo de afastamento das mulheres grávidas que são estudantes. Atualmente a lei prevê um prazo de três meses: do oitavo mês de gravidez ao segundo pós-parto. O projeto em discussão (PLC 12/2018), do deputado Jean Willys (PSOL-RJ), teve parecer aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), no último dia 16. O texto amplia esse período para até seis meses de afastamento, do oitavo mês de gestação ao quinto após o parto. Mas segundo o relator na CAS, senador Eduardo Amorim (PSDB-SE), a ampliação do afastamento deve estar vinculada à amamentação. Outra proposta (PLS 185/2018), apresentada pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), estende-se às mães que não são bolsistas na universidade a suspensão dos prazos acadêmicos em 120 dias em função do parto ou adoção. O benefício já é lei desde 2017 para as mães bolsistas, que têm prorrogado o recebimento da bolsa em função da maternidade (RESENDE, 2018, p.18)

Então, vemos com bons olhos a discussão de projetos e o possível debate sobre a construção de creches para as mães universitárias. Mas deve surgir uma nova consciência no meio universitário, envolvendo professores, estudantes e servidores para a solução do problema. Com o esforço de todos, e não apenas da mãe universitária, essa situação poderá ser enfrentada com mais dignidade e respeito às crianças, tornando um pouco mais fácil o desafio de estudar das mães universitárias.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Como visto neste trabalho de conclusão de curso, a participação da mulher na esfera pública brasileira se deu de maneira lenta e gradual e como fruto de várias reivindicações e lutas. Mas, apesar dos avanços logrados, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para conciliar estudo e maternidade.

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foi colocado o contexto histórico da luta feminista, assim como um histórico da educação para as mulheres no Brasil. Neste tópico, vimos que, apesar dos grandes avanços do movimento feminista no século XX, a mulher ainda se vê presa aos afazeres de casa, à maternidade e a uma sociedade masculina e patriarcal.

À continuação, foram desenvolvidos os temas *Tornar-se mãe no contexto acadêmico* e *A gravidez não prevista no percurso da formação universitária*. Neste primeiro tópico do capítulo dois percebemos que há, hoje, uma tendência ao predomínio de mulheres em determinados cursos universitários, tanto na matrícula quanto como concluintes. Embora o hiato de gênero parece ter sido revertido no âmbito do ensino superior, uma análise cuidadosa da situação das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar o alcance dessas transformações.

Descrevemos, também, que uma gravidez é sempre uma “interrogação” na vida de qualquer mulher, pois, mesmo para aquelas que possuem uma boa condição financeira, uma gravidez não prevista pode mudar a rotina de uma mãe universitária e da sua família. Notamos que jovens, no percurso da formação superior, surpreendidas por uma gravidez imprevista, às vezes optam pela prática do aborto e, quando decidem pelo prosseguimento de uma gravidez não-planejada, elas têm que enfrentar desafios, redobrar esforços, jornada dupla, conflitos sociais etc.

Apresentamos, também, os depoimentos de algumas mães universitárias e notamos que, em todos eles, levar a criança para a sala de aula era a única forma de estas mães continuarem os estudos. Também analisamos os diferentes posicionamentos de professores dentro da sala de aula universitária.

Ressaltamos, ainda, a importância de fomentar e fortalecer a rede de apoio dentro da própria universidade e a pressão pública para uma legislação mais complacente com as estudantes que se tornam mães, pois elas necessitam dar atenção a seus filhos.

A lei 6.202 existe há 35 anos e vemos que os prazos determinados de afastamento ainda são muito curtos para as mães que necessitam amamentar seus filhos (sendo esse um direito

fundamental das crianças). E o não cumprimento de tal lei pelas universidades mostra que muitos professores não atendem às necessidades das mães universitárias.

Ainda neste trabalho, percebemos a falta de programas como o Unicreche para auxiliar as mães a estudar, ou mesmo um espaço-creche dentro das próprias universidades. Isso auxiliaria em muito as mães universitárias a estudarem.

Finalizando este trabalho, vemos que há projetos de lei tramitando no congresso e que tratam sobre o tempo de afastamento das mulheres grávidas estudantes e das mães estudantes, no entanto, esse problema já se alonga por muitos anos e necessita de solução urgente para que as estudantes possam estudar com toda a atenção possível, tornarem-se profissionais competentes e aumentarem a participação feminina na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. (2005/2006). Gênero e Ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. **Anais do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa: Pensando Gênero e Ciência**, Brasília, BR). Recuperado em 28 de fevereiro, 2007, de 200.130.7.5/spmu/docs/Encontro_recomendacoes.pdf

BARION, Isabel Francisco de Oliveira; MACHADO, Maria Cristina Gomes; QUADROS, Raquel dos Santos; COELHO, Gizeli Fermino. A educação das mulheres no século XIX: a contribuição de Nísia Floresta. IN: **Anais...EDUCERE - XIII Congresso Nacional de Educação – PUCPR**. Curitiba, 2017, pág. 1313-1325.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.) **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BELTRÃO, K. I., & ALVES, J. E. D. (2004). **A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XXI**. (Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, BR) recuperado em 2 de julho, 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_111.pdf Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei 6.202, de 17 de abril de 1975**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6202-17-abril-1975-357541-publicacaooriginal-1-pl.html> > Acesso em: 12 out. 2018.

CAMARANO, A. A., & LEITÃO E MELLO, J. (2006). Introdução. In A. A. Camarano (Org.), **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** (pp. 13-28). Rio de Janeiro: IPEA.

COULON, A. **A Condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA. **Tire suas dúvidas sobre as regras atuais do aborto no país e o que pode mudar**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 12 out. 2018.

GERSON, K. (2004, AUG). **Understanding Work and Family through a Gender Lens**. *Community, Work & Family*, 7(2), 163-178. Recuperado em 27 de maio, 2008, do Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>. Acesso em 20 jul. 2018.

MANSON, L. L., & GOULDEN, M. (2002). Do Babies Matter? The Effect of Family Formation on the Lifelong Careers of Academic Men and Woman. **Academe**, 88(6), 21-27. Recuperado em 27 de maio, 2008, de <http://www.aaup.org/AAUP/pubsres/academe/>
OLIVEIRA, Camila. Faculdades desconhecem direitos de mães alunas. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/especiais/maes/noticias/faculdades-desconhecem-direitos-de-maes-alunas-20100508.html>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

OLIVEIRA, A.M; ROCHA SAMPAIO, S.M. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico:** dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br>>. Acesso em 17 mai. 2018.

RESENDE, Rodrigo. Desafios das mães universitárias e projetos em análise no Congresso. IN: **Rádio Senado**. Publicado em 17/05/2018 e atualizado em 18/05/2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/desafios-das-maes-universitarias-e-projetos-em-analise-no-congresso>>. Acesso em: 12 out. 2018.

ROSA, Grazieli Rinaldi da. **Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”**: contradições na filosofia de educação nisiana. 2012. 353 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Feminismo no Brasil atual e atuante**. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2010/06/feminismo-no-brasil-atual-e-atuante/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. **XXI Congresso Internacional da LASA** (Latin American Studies Association), The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, p. 12, set. 1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa_98/Sarti.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2018.

SÓTER, Gil. **Mães universitárias enfrentam rotina de dificuldades para estudar na maior universidade do Norte**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/maes-universitarias-enfrentam-rotina-de-dificuldades-para-estudar-na-maior-universidade-do-norte.ghtml>>. Acesso em: 17 mai. 2018.

TABAK, F. (2002). **O Laboratório de Pandora: Estudos sobre a Ciência no Feminino**. Rio de Janeiro: Garamond.

TORRES, A. (2000). A individualização no feminino, o casamento e o amor. V. Cichelli, C. E. Peixoto, & F. de Singly, **Família e Individualização** (pp. 135-155). Rio de Janeiro: Editora FGV.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A pesquisa e a produção de conhecimentos:** introdução à pesquisa em educação. Curso de pedagogia da Unesp. 2010. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2018.

TSE- Tribunal Superior Eleitoral. **Serie Inclusão:** a Conquista do Voto Feminino no Brasil. 2013. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

XAVIER Maria E. S. Prado. **História da educação** - a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

YANNOULAS, S. (2007, MAR.). Mulheres e Ciência. Série Anis 47, **Letras Livres**, pp. 1-10. Recuperado em 20 de junho, 2007. Disponível em: <http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa47_yannoulas_mulheresciencia.pdf>. Acesso em 12 out. 2018.